

## COMUNICADO

### **Alojamento Local: inação de Moreira e Pizarro prejudica o direito à habitação**

Em outubro de 2018, entrou em vigor a legislação que permite às autarquias regular e fiscalizar as unidades de Alojamento Local inseridas no seu território. Já em julho desse ano, aquando da aprovação no Parlamento, o Bloco de Esquerda defendeu que Rui Moreira deveria, com caráter imediato, criar as condições para que a Câmara Municipal do Porto procedesse à suspensão, pelo período de um ano, do licenciamento de novas unidades de Alojamento Local na cidade, logo que a lei entrasse em vigor. Essa suspensão era fundamental para entretanto levar a cabo o estudo que permitiria definir zonas de contenção, culminando na aprovação de um regulamento ajustado à realidade concreta do Porto. Tivera sido concretizada essa medida na altura e, ainda assim, continuariam em funcionamento mais de 7 mil unidades já então registadas.

No seguimento da entrada em vigor da nova lei, em novembro último, o Bloco de Esquerda levou novamente o assunto à Assembleia Municipal, com uma proposta de regulação do Alojamento Local que incluía a *“suspensão de novas licenças de Alojamento Local na cidade durante um ano, no sentido de transpor para o regulamento municipal o novo quadro legal”* (Anexo I). Essa proposta foi rejeitada com os votos contra dos grupos do PSD e de Rui Moreira, a abstenção do PAN e os votos a favor do Bloco de Esquerda, da CDU e do PS (Anexo II). Quase seis meses depois, sem estudo nem regulação à vista, o assunto foi levado à Assembleia Municipal, nomeadamente através de nova proposta do Bloco no mesmo sentido (Anexo III), tendo recebido novamente os votos favoráveis do PS (Anexo IV).

É portanto com surpresa que o Bloco de Esquerda tomou conhecimento da posição de Manuel Pizarro e dos vereadores do Partido Socialista, na última reunião do Executivo da Câmara, ao votarem contra esta suspensão ao arrepio das posições anteriormente adotadas pelo Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal e, sobretudo, por justificar o seu voto pelo facto da suspensão temporária de novos licenciamentos poder alegadamente *“prejudicar alguns investimentos imobiliários em curso”* (Público, 05/06/2019).

No entender do Bloco, esta ausência de deliberação por parte do Executivo da Câmara e a posição que resulta da última reunião do Executivo, que implica que se irá ainda aguardar que se vertam os resultados do estudo entretanto já apresentado numa proposta de regulamento que poderá ser aprovada apenas no final do ano, corre o grave risco de se tornar num convite

e incentivo a novos pedidos de licenciamento e à proliferação desenfreada de novas unidades de Alojamento Local, com os impactos desastrosos que todos conhecem sobre o direito à habitação na cidade.

Por estes motivos, o Bloco de Esquerda defende que Rui Moreira deve cumprir com urgência o que já anteriormente havia assumido: *“implementar medidas de contenção para limitar o Alojamento Local (...) após conhecer um estudo feito recentemente (...)”* (Lusa, 07/05/2019). Esse estudo foi divulgado em maio passado e as zonas de elevada concentração de AL na cidade são sobejamente conhecidas.

Rui Moreira deve ser consequente e coerente, e suspender de imediato a emissão de novas licenças para Alojamento Local na cidade do Porto. Cada dia de inação que passa, é mais um dia em que se atenta contra o Direito à Habitação na cidade do Porto e deixa desprotegidos os moradores e moradoras mais vulneráveis da cidade.

Porto, 6 de junho de 2019

**A Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda do Porto,**

**O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**